

TRADIÇÃO, ARTESANATO E CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA NA TERRA DAS RENDAS DE BILRO

TRADITION, CRAFTSMANSHIP AND LOWER CIRCUIT OF THE URBAN ECONOMY IN THE LAND OF BOBBIN LACE

TRADICIÓN, ARTESANÍA Y CIRCUITO BAJO DE LA ECONOMÍA URBANA EN LA TIERRA DEL ENCAJE DE BOLILLOS

<https://doi.org/10.26895/geosaberes.v14i0.1256>

ROBSON DOS SANTOS ALMEIDA ^{1*}

¹ Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).
Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins, Maceió – AL, CEP 57072-900, Brasil, Tel.: (+55 82) 3214.1441,
robson.almeida@igdema.ufal.br, <http://orcid.org/0000-0003-2796-7329>

*Autor correspondente

Histórico do Artigo:

Recebido em 09 de Outubro de 2023.

Aceito em 01 de Dezembro de 2023.

Publicado em 17 de Dezembro de 2023.

RESUMO

Por conta de sua tradição artesanal, o município de São Sebastião-AL é conhecido como “A terra das rendas de bilro”. Utilizando a pesquisa participante, foi estabelecido relações comunicativas com as rendeiras de São Sebastião-AL e, por meio dessas informações, traçou-se um perfil da produção de renda de bilro no município, observando os materiais utilizados, o trabalho, a forma de organização, os produtos e a comercialização. Se atentando a esse último quesito citado, este trabalho também se detém a relação das rendeiras salomeenses com sua principal compradora, a empresária Martha Medeiros. Dessa forma, o trabalho traz um panorama da realidade das rendeiras do município de São Sebastião-AL, constatando que o trabalho é feito quase predominantemente por mulheres com idade acima dos 50 anos - grande parte delas já aposentadas -, e encontram na produção de renda de bilro uma fonte extra de economia. Um grupo de mulheres que se depara com a falta de incentivo, valorização e questões de saúde, aspectos que levaram a uma diminuição de rendeiras ativas no município e a uma preocupação da parte dessas que um dia a tradição acabe em São Sebastião-AL.

Palavras-chave São Sebastião-AL. Renda de Bilro-artesanato. Economia local.

ABSTRACT

Due to its artisanal tradition, the municipality of São Sebastião-AL is known as “The land of bobbin lace”. Using participant research, communicative relationships were established with the lacemakers of São Sebastião-AL and, through this information, a profile of bobbin lace production in the municipality was drawn, observing the materials used, the work, the form of organization, products and marketing. Paying attention to this last item mentioned, this work also focuses on the relationship between the lacemakers salomeenses and their main buyer, the businesswoman Martha Medeiros. Thus, the work provides an overview of the reality of lacemakers in the city of São Sebastião-AL, noting that the work is done almost predominantly by women aged over 50 years - most of them already retired -, and found in the production of income bobbin an extra source of savings. A group of women who are faced with a lack of encouragement, appreciation and health issues, aspects that have led to a decrease in the number of active lacemakers in the city and to a concern on their part that one day the tradition will end in São Sebastião-AL.

Keywords: São Sebastião-AL. Bobbin lace-crafts. Local economy.

RESUMEN

Por su tradición artesanal, el municipio de São Sebastião-AL es conocido como “La tierra del encaje de bolillos”. A partir de la investigación participante, se establecieron relaciones comunicativas con las encajeras de São Sebastião-AL y, a través de esta información, se trazó un perfil de producción de encaje de bolillos en el municipio, observando los materiales utilizados, el trabajo, la forma de organización, productos y comercialización. Prestando atención a este último punto mencionado, este trabajo también se centra en la relación entre las encajeras salomeenses y su principal compradora, la empresaria Martha Medeiros. Así, el trabajo ofrece una visión general de la realidad de las encajeras en la ciudad de São Sebastião-AL, señalando que el trabajo es realizado casi predominantemente por mujeres mayores de 50 años, la mayoría

Geosaberes, Fortaleza, v. 14, p. 116-129, 2023.

Copyright © 2010, Universidade Federal do Ceará

de ellas ya jubiladas, y lo encuentran en la producción de encaje de bolillos una fuente adicional de ahorro. Un grupo de mujeres que se enfrentan a la falta de estímulo, aprecio y problemas de salud, aspectos que han llevado a una disminución en el número de encajeras activas en la ciudad y a la preocupación por su parte de que algún día la tradición se acabe en São Sebastião-AL.

Palabras clave: São Sebastião-AL. Encaje de bolillos-artesanía. Economia local.

SÃO SEBASTIÃO-AL: RENDA DE BILRO E O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA

Na última década as rendas produzidas no Nordeste brasileiro passaram a receber uma atenção especial no mercado da moda nacional, algo que se deve, em grande parte, ao sucesso financeiro e midiático da empresária Martha Medeiros. O êxito dessa estilista alagoana no setor de vestuário exclusivamente confeccionado com rendas levantou reflexões acerca do trabalho das artesãs rendeiras. Ainda que saiam de suas mãos a matéria-prima para a construção de peças de vestuário, as rendeiras, longe de terem um protagonismo nesse processo de retomada da valorização do artesanal na indústria da moda, permanecem como figuras quase veladas no espaço, restritas à paisagem doméstica de alguns municípios interioranos, como é o caso de São Sebastião, em Alagoas.

Conhecido como “A terra das rendas de bilro”, São Sebastião, localizado no agreste alagoano, revelou-se como um espaço propício à uma investigação geográfica que tem por objetivo analisar o contexto socioeconômico de um grupo de artesãs que se dedicam ao ofício de produzir rendas, buscando ainda responder como essa feitura manual passou a ser uma marca de identidade local do município e de que formas o Estado poderia auxiliar na promoção do desenvolvimento do artesanato através de leis e políticas de incentivo.

O município alagoano possui uma área de 314,924 km² e se encontra localizado na atual microrregião de Arapiraca e na mesorregião do Agreste. Sua localização na parte central de Alagoas e a proximidade com Arapiraca (cerca de 27 km), a segunda maior cidade do estado, oferece à São Sebastião um papel significativo no que diz respeito a movimentação em seu entroncamento, sendo cortado pela rodovia federal BR-101 e rodovia estadual AL-110 (IBGE, 2023).

Sua gênese se deu por volta de duzentos e cinquenta anos atrás, com o surgimento do povoado de Salomé, nesse momento pertencendo à Igreja Nova, um município que até 1928 era chamado de Triunfo. O nome Salomé é oriundo da amarração do som das palavras sal e mel, produtos transportados pelos tropeiros da rota Penedo-Palmeira dos Índios, dois dos maiores centros econômicos do interior de Alagoas até meados do século XX. Em um trecho desse caminho o povoado cresceu, elevando-se a distrito e, mais tarde, tornando-se emancipado politicamente com a lei estadual de número 2.229, recebendo assim o nome de São Sebastião, em homenagem ao governador Sebastião Muniz Falcão (BARROS, 2015).

Ainda que o comércio tenha sido preponderante para o surgimento do povoamento, o desenvolvimento do município se deu devido à suas terras férteis, um aspecto que despertou o interesse de agricultores e pecuaristas vindos de outras partes do estado e que trouxeram para Salomé suas famílias e vários escravizados (BARROS, 2015).

No contexto atual, São Sebastião, que possui uma população de 31.786 habitantes e uma densidade demográfica de 100,93 hab/km², é o segundo município com maior diversidade produtiva nos limites da Microrregião Geográfica de Arapiraca, sendo o primeiro a própria cidade que dá nome a essa localização específica. Com um PIB per capita de R\$ 19.556,62, apresenta como rendimento econômico mais expressivo o campo agropecuário (IBGE, 2023; MENDONÇA, 2006).

No entanto, conforme garante Andrade (1987, p. 36), como “o Agreste propriamente dito apresenta maior diversificação de paisagens que outras regiões, podemos distinguir uma série de zonas e subzonas geoeconômicas”. Uma característica prontamente reparada em São

Sebastião, já que mesmo dispondo como principal base econômica a agropecuária, apresenta uma outra subzona geoeconômica de destaque: a produção artesanal, sendo considerado o maior centro produtor de renda de bilro do estado de Alagoas (BARROS, 2015).

A renda de bilro de renda é definida por Maia (1986, p. 24) como “a renda tecida com bilros, tendo como base um papelão picado, também chamado ‘pique’, afixado numa almofada cilíndrica por meio de alfinetes ou espinhos” e teria surgido nos anos finais do século XV, na Itália setentrional. No Brasil, Diegues Júnior (1986, p. 11) afirma que essa tradição artesanal chegou “com as primeiras mulheres portuguesas, vindas com seus maridos e pessoas da família para a colonização”.

O passar dos séculos trouxe mudanças na forma de produção e consumo de material têxtil, ainda assim, o artesanato de renda de bilro se mantém até a atualidade. Esse fenômeno se deve em grande parte a tradição familiar e seu papel socioeconômico e lúdico (MAIA, 1986). Mas não só por esse motivo. Outro fator da permanência do artesanato no cenário histórico e econômico está ligado ao processo seletivo das modernizações. Nos países subdesenvolvidos não foram sentidos de forma imediata e ampla os impactos modernizadores, esses foram ocorrendo com o passar dos anos, selecionando espaços e mantendo outros em uma situação de tecnologia e organização defasada (SANTOS, 1979).

Segundo a Portaria nº 1.007 – SEI de 11 de junho de 2018, confere no Capítulo IV – Do Artesanato; Seção I – Da Atividade Artesanal; Art. 19, o artesanato é “toda produção resultante da transformação de matérias-primas em estado natural ou manufaturada, através do emprego de técnicas de produção artesanal, que expressa, criatividade, identidade cultural, habilidade e qualidade”. Para Santos (1979, p. 31), o artesanato se configura como “constituído essencialmente por formas de fabricação não-‘capital intensivo’, pelos serviços não modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão”, e por conta dessas características, trata-se de uma atividade pertencente ao circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos.

Ademais, Santos (1979, p. 25) ressalta que cada período histórico “é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema”, e, sendo assim, cada período representa uma modernização. Estas modernizações não ficam restritas ao sistema dos países-polos e parte dessas inovações chegam até os subsistemas dos países periféricos, mas de forma seletiva e empregando apenas uma parte da população. O autor referenciado afirma que o processo de modernizações através da industrialização “nem sempre é capaz de criar um ‘crescimento’ com ‘desenvolvimento’, mas apenas um ‘pseudodesenvolvimento’, devido à ausência de articulação local das atividades e da redistribuição regressiva da renda” (SANTOS, 1979, p. 24).

Os subsistemas dos países subdesenvolvidos apresentam, assim, um espaço dividido entre um circuito superior da economia urbana, do qual a indústria faz parte, e um circuito inferior, de manufaturas e serviços tradicionais. Os dois circuitos apresentam como distinção básica as diferenças de tecnologia e de organização. O circuito superior da economia urbana dos países subdesenvolvidos compreende características como: tecnologia de capital intensivo, organização burocrática, importância de capitais, emprego reduzido, predominância do profissional assalariado, estoques em grande quantidade, preços fixos, créditos institucionais através dos bancos, margens de lucro medidas pelo volume de negócios e não por unidade, relações impessoais com a clientela, importância nos custos fixos e necessidade de publicidade. Outros aspectos significativos desse circuito são a não reutilização de bens, o imprescindível overhead capital, a ajuda governamental e a dependência direta do exterior, para qual é destinada sua produção (SANTOS, 1979).

Já o circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos, do qual o artesanato faz parte, apresenta características antagônicas às evidenciadas no circuito superior.

No que diz respeito à tecnologia, no circuito inferior persiste o trabalho intensivo, que se mantém dentro de um contexto de organização primitiva e de capitais reduzidos. O emprego neste circuito é volumoso, porém, funcionando, por vezes, fora do mercado formal e o emprego quase sempre não é assalariado. Com relação à produção, no circuito inferior da economia os estoques de produtos são mantidos em pequenas quantidades e com qualidade inferior devido às formas de armazenamento praticadas. Os preços no circuito inferior são estipulados através de acordos diretos com compradores que compõem a clientela, sendo comum nessa relação a presença do crédito pessoal não-institucional. Os produtores desse circuito obtêm alguma forma lucro por meio de unidades de sua mercadoria, mas a margem de rendimento se mostra pequena quando se leva em consideração o volume total dos produtos vendidos (SANTOS, 1979).

Além destas características, no circuito inferior da economia dos países subdesenvolvidos os custos fixos são desprezíveis e a reutilização dos bens é frequente. Com nenhuma publicidade, os trabalhadores do circuito se veem diante de quase nenhuma ajuda governamental e, diferente do que acontece no circuito superior da economia nos países subdesenvolvidos, aqui a dependência direta do exterior é acanhada ou inexistente.

METODOLOGIA

Como metodologia para análise e desenvolvimento de conteúdo do objeto principal de estudo, utilizou-se uma pesquisa participante, ou seja, aquela, que segundo Thiollento (1986, p. 15), é “um tipo de pesquisa baseado numa metodologia de observação participante na qual os pesquisadores estabelecem relações comunicativas com pessoas ou grupos da situação investigada”. Para o desenvolvimento desse artigo foi testemunhado o local de produção em fevereiro e abril de 2018, observando e entrevistando um número de onze rendeiras da zona urbana de São Sebastião, Alagoas.

Partindo de um questionário pré-estabelecido, as rendeiras salomeenses responderam as seguintes perguntas: Com quem aprendeu e há quanto tempo faz renda de bilro? Que importância tem em sua vida a renda de bilro? Como se é trabalhado o ensino do ofício nos dias de hoje? Qual o material utilizado e de onde vêm? Quais as principais peças produzidas? Quanto tempo por dia/semana trabalha com a renda? A quantidade produzida em um mês de trabalho? Quais são os valores das peças produzidas? Existe alguma forma de organização entre as rendeiras de São Sebastião? Como fonte de renda familiar, a renda de bilro é responsável por quantos por cento em média por mês? É a principal fonte de renda? Como rendeira, agente produtora cultural, recebe algum tipo de programa/auxílio/assistência econômica por parte do município/estado/governo federal? Na sua opinião, qual a importância da renda de bilro para o município de São Sebastião?

Com as entrevistas e as fotografias coletadas, o conhecimento das renderias passaram por uma análise que dialoga diretamente com a teoria elaborada por Milton Santos (1979), em seu trabalho *O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, que trata dos processos de modernizações e das características do circuito inferior, do qual o artesanato faz parte enquanto atividade de produção não-“capital intensivo”, com serviços e comércio não modernos.

A PRODUÇÃO DE RENDA DE BILRO EM SÃO SEBASTIÃO-AL

Questionadas a respeito dos instrumentos necessários para a produção de renda de bilro em São Sebastião as respostas coincidem, não havendo supressão ou inovação nesse sentido. A rendeira salomeense Julinha, de 60 anos, é precisa ao listar os três objetos: “almofada, papelão, linha, bilro, alfinete”.

A almofada é fabricada pela própria rendeira. O objeto é um saco ou tecido costurado em forma cilíndrica - não podendo ter elasticidade -, preenchido com folhas secas de bananeira e depois fechado e coberto com um outro tecido, normalmente chita, de acordo com o gosto pessoal da rendeira. Já o papelão, como é chamado no município em questão, pode ser conhecido em outras regiões do Brasil como língua, gráfico, risqué ou piqué; trata-se de uma espécie de molde feito com papel paraná ou papel madeira que, preso à almofada através de grampos e alfinetes posicionados em pontos específicos, orienta os movimentos dos bilros que leva a linha de algodão.

Mesmo que por tradição o autêntico artesão domine todas as etapas de seu trabalho, não havendo assim uma divisão como no estilo fordista de produção, entre as rendeiras salomeenses não são todas que dominam a técnica de “furar o papelão”, um dos processos que representam o domínio completo do ofício da rendeira de bilro, que consiste no trabalho de reproduzir, com o auxílio dos moldes antigos, novos moldes dos desenhos já tradicionais. Aquelas que não conseguem produzir os moldes, costumam procurar uma rendeira que domina essa etapa.

De acordo com as rendeiras consultadas, nenhuma artesã do município mantém o antigo costume de fazer o uso de espinhos de plantas, como o mandacaru, para a manipulação da renda. No presente período de desenvolvimento, todas utilizam alfinetes de metal, que são facilmente encontrados em lojas especializadas em costura e artesanato. A linha de algodão empregue pelas rendeiras salomeenses é a Esterlina nº 20, um tipo de linha fabricado apenas na cor branca e com boa espessura, sendo adquirida nos armazinhos de São Sebastião ou de Arapiraca (o novelo de 1150m da linha Esterlina nº 20 branca é comprado por no máximo R\$ 24,99). Tratando-se do uso, o consumo de linha vai depender do desenho da renda, aquelas que apresentam muitos detalhes em formato de traças (comum em rendas com motivos florais) requerem mais matéria-prima.

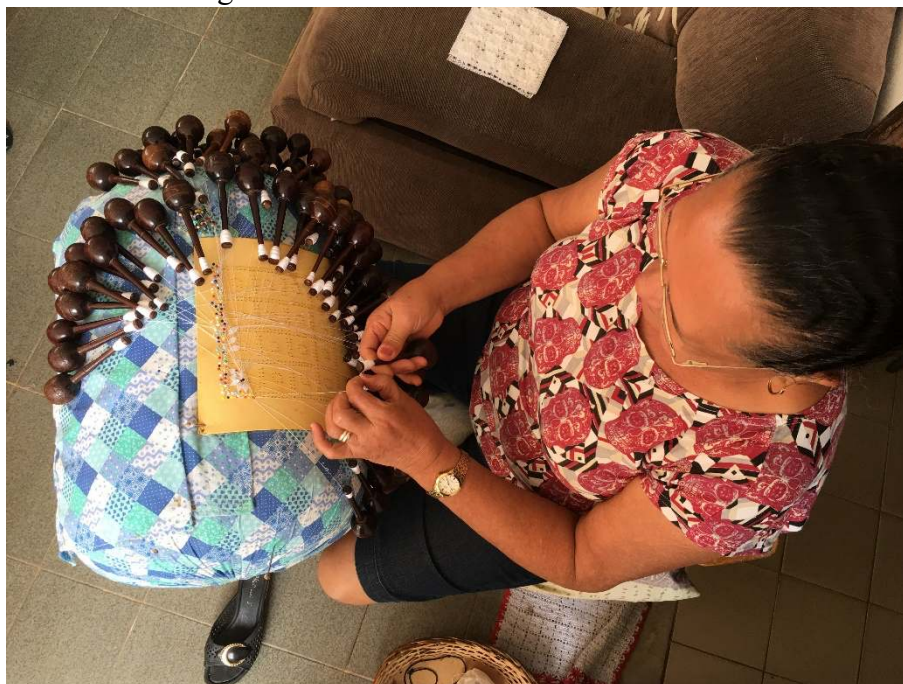
Com relação ao objeto que dá nome a confecção dessa renda, gerações anteriores, isto é, as avós, mães e tias das rendeiras em atividade no presente, faziam os seus próprios bilros. Para tal, cortavam a madeira nativa e, com o auxílio de uma faca, davam formas, ainda que grosseiras, aos bilros. Já no período atual, é predominante o uso de bilros feitos em marcenarias. O profissional marceneiro cobra entre R\$40,00 e R\$50,00 por uma dúzia de bilros, ou seja, seis pares. Uma rendeira chega a utilizar um número de cem bilros para fazer determinados modelos de renda.

As artesãs de São Sebastião que já estão aposentadas das atividades formais que desempenharam durante boa parte da vida, trabalham todos os dias, inclusive aos domingos, fazendo peças e aplicações de renda, um trabalho intensivo, típico do circuito inferior da economia nos países subdesenvolvidos. O horário é variado e de acordo com tempo livre que cada uma dispõe. Algumas rendeiras, por motivos de obrigações domésticas e até mesmo de saúde (como dores na coluna e problemas de visão), labutam menos horas no artesanato, reservando cerca de três horas por dia, contudo, existem renderias que ultrapassam doze horas de empreitada diária. Quanto às artesãs mais jovens que ocupam a maior parte do tempo em outra função, como trabalho formal ou os estudos, o ofício de rendeira é feito nos finais de semana ou quando estão em período de férias.

Por ser um trabalho que exige muito tempo e dedicação, é normalmente realizado por encomenda. Isso acontece para que não haja o risco de, depois de tanto esforço, não encontrar um comprador para o produto. No presente momento, uma rendeira de São Sebastião raramente se lançará em uma empreitada de construir uma peça utilitária e definitiva, seja para vestuário ou para casa. Faz parte do cenário atual trabalhar na feitura de tiras de aplicação, ou seja, fragmentos de renda que serão utilizadas como matéria-prima por confecções na construção ou ornamento de peças prontas para o uso. Além das aplicações, as rendeiras ainda produzem os bicos, que por sua vez, são usados para o acabamento de peças.

Nas palavras da rendeira Vânia, “todas as peças de renda são valorizadas, são valiosas, todas, das mais finas as mais largas, são muito atraentes. Todas as rendas são em metros, depois faz as peças, aí você transforma ela em blusa, em passadeira, no que você imaginar, em vestidos [...]”. Produzidas e vendidas por metros, as aplicações de renda seguem vários modelos - quadradas, triangulares, retangulares ou redondas -, conforme o pedido do comprador.

Figura 1 – Rendeira de São Sebastião-AL



Fonte: Arquivo do autor, visita realizada em 2018.

Cada rendeira costuma se dedicar a fazer aplicações ou bicos que apresentam sempre um mesmo desenho específico, o que não impede que, com o tempo, deseje mudar para um outro. Os motivos que levam uma rendeira a se manter fiel a um modelo de renda vão desde o gostar mais de fazer aquele tipo de trabalho ou até mesmo por considerar mais bonito aquele ornamento, isto é, trata-se de uma questão de gosto pessoal. Os mais populares são o *viúva* e o *bico das viúvas*, o *pouso com bico*, *volta redonda*, o *puta* e o *corno*. Dona Iraci, por exemplo, diz que faz mais o ornamento comumente conhecido como puta: “Eu só faço a renda mesmo, essa é ‘puta’, agora o povo não gosta de chamar ela puta não, sabe? Botaram o nome dela de ‘fita’, mas toda vida ela foi puta, porque tem ela que é a puta e tem o pico que é o corno, que tem a renda puta e tem o bico corno, a pareia”.

De acordo com Santos (1979, p. 18), é nítida a “insuficiência dos dados estatísticos concernentes ao circuito inferior da economia urbana ou da economia doméstica”, portanto, torna-se uma tarefa difícil delimitar ao certo a quantidade produzida pelas rendeiras de São Sebastião porque não existe uma contabilidade oficial desse número. No cenário econômico dos países em desenvolvimento, os dados estatísticos de produção econômica levados em consideração são os do circuito superior, já que se utiliza dessas informações para comparações no mercado internacional, enquanto os dados do circuito inferior, dos quais o artesanato está incluso, ou não existem ou são deixados de lado (SANTOS, 1979).

Algo que dificulta ainda mais estabelecer a quantidade de renda produzida pelas artesãs salomeenses é a particularidade de cada trabalhadora se dedicar a um desenho ou motivo de sua preferência. No entanto, qualquer que seja o motivo/desenho, dependendo das suas

minuciosidades, leva um determinado tempo para ser construído e, obviamente, os mais ricos em detalhes exigem um prazo maior de feitura.

São poucas as rendeiras salomeenses que possuem um catálogo com o mostruário dos tipos e modelos de rendas que dominam o feito. As que possuem, mostram que a variedade de motivos e formas é vasta. Dessa forma, aqui levando em consideração a quantidade em metros, algumas rendeiras irão produzir menos que outras, no entanto, como seu produto é mais trabalhoso e mais rico em formas e detalhes - como muita quantidade de traças -, seu custo/valor é mais alto que o de rendas mais simples que algumas artesãs produzem em quantidade por mês.

Tomando como referência a largura e o modelo, era possível encontrar, em 2018, rendas custando de R\$10,00 a R\$300,00 o metro. Já um produto definitivo, trabalhos cada vez mais raros, como uma passadeira rica em detalhes, que leva no mínimo quatro meses para ficar pronta, ou um xale, que leva seis meses, são encomendas que devem ter um preço justo e que leve em consideração todo esse tempo de trabalho.

Um modelo de aplicação bastante produzido no município é feito na forma de um quadrado com motivos florais medindo 16cmx16cm e era vendido por um valor entre R\$25,00 a R\$30,00. Essa mesma aplicação pode ser feita de forma contínua sem emendas e chegar a quase um metro e meio de comprimento, sendo vendido por R\$250,00. Uma rendeira, se trabalhar muito, consegue fazer duas peças nessas proporções em um mês, conseguindo assim R\$500,00 por seu trabalho.

Trabalhando com bicos menos complexos, uma rendeira pode chegar a produzir de 3 a 10 metros por mês. Como nem todas se dedicam às aplicações, algumas concebem apenas bicos, e da mesma forma que as aplicações, os bicos dependem da largura, do modelo e do tempo disponível para o trabalho, entretanto, são mais estreitos que algumas aplicações de renda, já que são o complemento e o acabamento dessas no ato da confecção. Alguns bicos eram vendidos entre R\$10,00 a R\$65,00 o metro. Nesse cenário, o faturamento mensal com renda de bilro é diferente para cada uma das rendeiras, mas dificilmente ultrapassava os R\$500,00 no ano de 2018.

Formas de organização coletiva das rendeiras de São Sebastião

A única forma de organização coletiva das artesãs do município é por meio de uma associação que conta com cerca de quinze associadas, já que algumas rendeiras, por motivos pessoais ou políticos, optaram por não participar desse grupo. A Associação das Mulheres Rendeiras do Município de São Sebastião-Alagoas é por natureza jurídica uma associação privada, com data de abertura em 27 de novembro de 2002 e tendo como CNPJ o número 05.442.375/0001-25.

Por mais que esteja registrada no logradouro Rua Leobino José do Nascimento, nº 16, Centro, São Sebastião-AL, CEP 57275-000, o fato é que, até 2018, a associação não possuía um imóvel que funcionasse como sede e dessa forma, cada rendeira associada trabalhava e comercializava sua produção no espaço de suas próprias casas. Sendo assim, os compradores que chegavam à cidade encontram as rendeiras e seus produtos através de indicações, ao velho estilo “boca a boca”, confirmando a falta de publicidade no circuito inferior. Nesse cenário, a Associação das Mulheres Rendeiras do Município de São Sebastião-Alagoas se estabelecia como mera formalidade, já que na prática as rendeiras seguiam suas rotinas como produtoras individuais e, por vezes, ajudando umas às outras.

A renda de bilro como fonte de rendimento para as artesãs salomeenses

Até 2018, as rendeiras em exercício do município de São Sebastião eram, em sua maioria, mulheres com idade acima dos cinquenta anos e muitas delas já aposentadas. Sendo assim, o trabalho de rendeira passava a ser uma remuneração extra que complementava o salário mínimo da aposentadoria ou o ordenado daquelas que ainda trabalhavam e encontravam tempo livre em suas rotinas para se dedicarem ao artesanato. Esse cenário econômico é observado por Fellipi, Rüttschilling, Figueiredo (2015, p. 57) ao afirmarem que “as mulheres rendeiras da camada mais baixa da sociedade se profissionalizaram e continuam vinculando seu fazer à complementação financeira”. De toda forma, essa fonte de rendimento extra mensal era instável, por depender de encomendas e seus respectivos pagamentos.

É ainda importante ressaltar que somado ao fator da idade, está o da saúde: muitas rendeiras param de fazer renda de bilro por conta de problemas na coluna, que com o esforço, ocasiona sérias dores ou diminuição da visão. No entanto, as dificuldades para sobreviver com um salário mínimo é um importante motivo que levava uma aposentada a se dedicar a esse trabalho, principalmente por estar na idade na qual os cuidados com a saúde devem ser redobrados e o aumento da necessidade de gastos com remédios ser ainda mais alta.

123

Auxílio, assistência e incentivos às rendeiras de São Sebastião

Até 2018, a mais atualizada base conceitual do artesanato brasileiro era a Portaria nº 1.007-SEI, de 11 de junho desse mesmo ano, da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. No Art. 4º dessa portaria se encontram os objetivos e as finalidades do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB). Segundo este documento, o programa tem como objetivo principal “promover o desenvolvimento integrado do Setor artesanal e a valorização do artesanato, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico”.

E assim, o PAB torna-se o responsável por desenvolver políticas públicas seguidas de ações que devem valorizar o trabalho do artesão, ajudando-o a crescer em sua profissão. Para isso, o programa deve apoiá-los estrategicamente e de maneira contínua para que esse profissional esteja sempre se qualificando e se aperfeiçoando em seu campo ocupacional. É papel do PAB, também, criar formas de desenvolvimento que avigorem a atividade artesanal, trazendo inovações que sejam capazes de elevar a condição dos produtos, tonificando toda a cadeia produtiva ligada ao artesanato.

De acordo com os dados do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro – SICAB, obtidos através da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado de Alagoas, onde se encontra a Coordenação Estadual do Artesanato vinculada ao Programa do Artesanato Brasileiro – PAB - estão cadastradas 40 rendeiras de bilro em atividade no município de São Sebastião, porém, é fácil perceber que esse é um número desatualizado. Segundo a Portaria Nº 1.007-SEI, de 11 de junho de 2018, “é responsabilidade das Coordenações Estaduais de Artesanato manter os dados atualizados dos artesãos cadastrados no SICAB”. No entanto, na lista de rendeiras de São Sebastião ainda se encontram nomes de artesãs que não estão mais vivas.

No SICAB, as rendeiras salomeenses são cadastradas na técnica denominada RENDA-BILRO e produzem peças que se enquadram nas seguintes categorias: pano de bandeja, objetos de decoração para casa, vestuário – feminino, toalhas, forros e caminhos de mesa, jogo americano e passadeiras.

Já dizia Martins (1973, p. 53): “A tenda do artesão é o próprio lar”. E é ali, bem na entrada de suas casas, onde as rendeiras salomeenses sentam-se em frente a uma almofada com os bilros a trabalhar em suas mãos. Para ilustrar tal fala, um dado confirmado pelo

sistema SICAB diz que para 92% dos artesões do município, o local de produção é a própria residência.

Em relação às vendas, os artesãos do município de São Sebastião vendem a maior parte da produção para o consumidor final (95%). Os outros 5% são divididos entre a organização de apoio ao artesão (4%) e outros (1%). O registro no SICAB assegura que o tipo de venda mais utilizada pelos artesãos é aquela direto ao consumidor (92%), mas encomendas (7%) e outros (1%) também ocorrem. Através das informações presentes no SICAB não é possível identificar quem são os compradores, já que os dados estão resumidos a porcentagens.

O Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro – SICAB, admitia em 2017 que a renda média familiar da maioria dos artesões do município (70%) girava em torno de um a três salários mínimos. Porém, é importante destacar que, segundo essa mesma base de dados, 11% dos artesãos estão inseridos em um contexto de renda média familiar inferior a um salário mínimo. Analisando todos os cadastrados, a atividade artesanal aparece como o principal rendimento familiar apenas para 36% deles, logo, para a maioria (64%) a principal remuneração vem de outras áreas.

O PAB, que tem como objetivo principal facilitar o progresso no setor artesanal do Brasil, trazendo valorização e melhorias para o artesão, na prática trouxe apenas o cadastro e emissão da Carteira Nacional do Artesão para as rendeiras de São Sebastião. Os compradores continuam chegando até as rendeiras de bilro de maneira informal, sem intermédio do programa.

O SEBRAE-AL, outro importante aliado do produtor artesanal do estado, desenvolve o programa Brasil Original. Trata-se de uma ação que busca fortalecer o artesanato nacional trabalhando com consultorias que visam tornar o fruto do trabalho do artesão, seja o produtor individual ou uma associação, em um produto melhor apresentável esteticamente ao mercado consumidor, sem perder sua riqueza cultural. São atendidos pelo programa em Alagoas as categorias de artesanato tradicional, artesanato de referência cultural, artesanato conceitual e arte popular (SEBRAE-AL, 2015).

O trabalho do SEBRAE-AL consiste em capacitar o produtor artesão no sentido de torná-lo um empreendedor de forma coletiva ou individual dentro de uma Unidade Produtiva. Operando sempre com pesquisas, a equipe responsável consegue diagnosticar os avanços e as melhorias na produção, gestão e faturamento e, uma vez que a produção esteja pronta para alcançar um público consumidor, o SEBRAE-AL auxilia o artesão ou a associação na participação de eventos regionais, nacionais e internacionais, que proporcionam vendas (SEBRAE-AL, 2015).

Já houve, no passado, uma aproximação do SEBRAE-AL com as rendeiras de São Sebastião, porém, na contemporaneidade, o trabalho oferecido pelo SEBRAE-AL não é atrativo para as rendeiras de São Sebastião. Isso porque o trabalho consiste em levar as peças produzidas para serem expostas em eventos, e nessa estrutura as rendeiras só recebem quando eventualmente alguma peça é vendida, um acontecimento que pode levar meses e durante esse período a rendeira se vê sem nenhum faturamento. Dona Zuza, rendeira salomeense, relembra que os agentes do SEBRAE “[...] queriam que as rendeiras produzissem, que eles montariam as peças pra expor e tudo mais, porém, eles demoravam a pagar, a gente só ia receber quando eles vendessem a peça, aí ficava difícil pra gente”.

Nesse cenário, com exceção da Escola de Rendeiras, com toda sua estrutura e algumas eventuais ajudas com transporte para presença de poucas artesãs em feiras e exposições (eventos cada vez mais raros), a prefeitura de São Sebastião ilustra bem uma das características presentes no circuito inferior da economia dos países subdesenvolvidos: a ajuda governamental nula ou quase nula, já que não oferece nenhum tipo de apoio ou incentivo às artesãs do município.

É nítida a carência de investimentos em bancos, através de linhas de crédito e essa falta de assistência financeira entre os produtores de artesanato é confirmada por Feitosa (2009, p. 49), quando relata que “na produção artesanal, um dos principais problemas verificados é o baixo nível de capitalização dos artesões”.

A relação entre Martha Medeiros e as rendeiras de São Sebastião-AL

Martha Medeiros é uma empresária alagoana, filiada à Associação Brasileira de estilistas (ABEST). Dona da marca que recebe seu nome, é um sucesso no Brasil e até fora, com lojas em Maceió, São Paulo e Los Angeles, além de outros vários pontos de vendas em lojas multimarcas.

A empresa Martha Medeiros faz parte do circuito superior da economia urbana dos países subdesenvolvidos. No entanto, dentro desse circuito, a mesma se encaixa em um grupo distinto que produz em quantidade reduzida seus artigos especializados e de alta qualidade e os vendem a preços muito altos a uma clientela delimitada e ligada à moda. Dessa forma, observa-se que diferentemente de outras indústrias do circuito, Martha Medeiros, por produzir artigos de luxo, tem sua margem de lucro não apenas por volume de negócios, mas por unidade (SANTOS, 1979).

Seu êxito se deve ao uso de rendas, produzidas no Nordeste brasileiro, em suas peças de vestuário e moda casa. A forte publicidade também é um dos pilares de seu sucesso no mercado. A marca e a estilista Martha Medeiros são bastante seguidas nas redes sociais e se fazem sempre presentes em eventos e revistas de moda através de modelos e celebridades que vestem suas peças. Para Santos (1979, p. 36), a publicidade no circuito superior da economia urbana dos países subdesenvolvidos é “uma das armas utilizadas para modificar os gostos e deformar o perfil da demanda”.

A empresária da moda se mantém ligada a grupos de rendeiras do interior de Alagoas, como as de São Sebastião. Segundo Nery (2012, p. 228), essa aproximação é “estimulada governamentalmente por incentivos fiscais e, sob a tônica da responsabilidade social, acaba por implicar em imagem positiva para a empresa por seu estímulo ao desenvolvimento de cidades e regiões periféricas”.

Algumas rendeiras de São Sebastião afirmam que vendem seus produtos por um preço abaixo do mercado para Martha Medeiros, por tê-la como uma cliente segura, alguém que sempre poderão manter negócios, porém, nem todas as artesãs se sentem felizes com o valor pago, que chega a ser 15% a menos que o valor estipulado pelas trabalhadoras. Segundo a própria empresária, o preço justo das rendas foi calculado pelo SEBRAE (VITÓRIA, 2015).

Para Nery (2012, p. 230), “uma hierarquia de valores se estabelece pela ordem da criatividade” e é isso que diferencia a estilista das rendeiras. Como esta cria produtos variados e sempre inovadores com o uso das aplicações de renda, acaba tendo por isso uma maior valorização, através de seus produtos com design e sofisticação consumidos por uma classe com alto poder aquisitivo.

Além disso, Martha Medeiros possui ateliê e loja em São Paulo, algo que impulsiona seu sucesso, pois sendo essa a maior cidade do país e com um grande fluxo de pessoas e de capital, suas criações são melhor divulgadas e consumidas. Mas para isso, existe uma organização que leva até esse grande centro nacional toda uma produção de rendas feitas em municípios por vezes carentes do Nordeste.

Nesse processo, ainda segundo Nery (2012, p. 230), a inclusão das rendeiras é “marginal, periférica na rede, gerando discrepâncias consideráveis na distribuição dos rendimentos e do prestígio, ainda que sejam perceptíveis as alterações econômicas, de cotidiano e de relação com o trabalho na vida desses grupos”.

Segundo Giovana Romani para VEJA SP (2011), o preço de um produto de vestuário da marca Martha Medeiros “pode facilmente chegar à casa dos cinco dígitos”.

O consumidor que encomenda uma passadeira a uma rendeira de São Sebastião é diferente de um que consome um vestido de festa de uma marca como a Martha Medeiros, isso porque o consumidor direto da rendeira busca um produto tradicional, que mantém a mesma dinâmica de produção de séculos atrás, enquanto um consumidor de moda é atraído pelas inovações do mercado.

Para Oliveira (2012, p. 44), a empresária esclarece que “o que fizemos com a renda foi dar uma nova linguagem a partir do design. Em nenhum momento, a intenção foi descaracterizar essa arte milenar. No caso, a moda foi o suporte”. A indústria do vestuário consegue ainda trabalhar com larga escala através de tecnologia e maquinário avançado, estrutura que o artesanato não dispõe.

Uma das exigências da Martha Medeiros com relação ao produto feito pelas rendeiras de São Sebastião é que, além da qualidade, seja na cor branca, pois o tingimento é posteriormente feito pela empresa da estilista. O pedido pela cor branca deixa de lado as rendeiras que estão na zona rural do município, porque nesses lugares de ruas não asfaltadas a poeira é constante, o que prejudica a alvura das peças. Como resultado desse cenário, as poucas rendeiras que se encontram afastadas da zona urbana do município trabalham com linhas coloridas e dificilmente conseguem vender seus produtos.

Além disso, a empresária não compra produtos prontos e definitivos como passadeiras, blusas ou jogos americanos feitos pelas rendeiras, mas sim tiras de aplicação e bicos, que são matérias-primas que serão utilizadas nas confecções de suas peças de vestuário e moda casa. Essa mudança no processo de criação das rendeiras de São Sebastião, que deixam de produzir produtos definitivos e passam a entregar peças que serão base para um outro produto, leva a uma descaracterização do artesanato tradicional e de referência cultural, pois se passa a produzir um artesanato técnico. Para Martins (1973, p. 65), o artesanato técnico “tem por escopo aprimorar a mão-de-obra e criar operários especializados para a grande indústria”.

Desse modo, as modernizações no cenário econômico fazem com que alguns produtores do circuito inferior sejam levados a utilizarem suas técnicas tradicionais para elaborar novas peças com o objetivo de atender uma vigente demanda do mercado. Por vezes, quando não se adaptam a esses novos cenários, certas ocupações tradicionais sofrem forte aminguamento ou até mesmo deixam de existir no espaço onde por anos foram desenvolvidas (SANTOS, 1979).

Hoje, Martha Medeiros é a principal compradora da renda de bilro produzida no município alagoano de São Sebastião, mas isso não quer dizer que as rendeiras não possam negociar com outros compradores, porque não existe um acordo formal entre as artesãs e a empresária alagoana. No entanto, como ela é certa de pagamento, algumas artesãs tornam-se fiéis e trabalham exclusivamente para Martha Medeiros, o que traz benefícios como, caso precise, receber dinheiro de pagamento antes mesmo do produto ser feito, ou seja, uma ação que se caracteriza como crédito pessoal não-institucional, típico do circuito inferior (SANTOS, 1979).

Esta ligação entre empresária e artesãs mostra que os trabalhadores que fazem parte do circuito inferior da economia nem sempre desempenham atividades exclusivamente para este circuito. Se beneficiando de que o artesão é um trabalhador informal e não pode ser um assalariado, Martha Medeiros (circuito superior) tem à disposição um trabalho, típico do circuito inferior, feito pelas rendeiras de São Sebastião, as mantendo ligadas a ela através de um acordo pessoal de clientela direta.

CONCLUSÃO

Este foi um trabalho que trouxe um panorama da realidade de um grupo de rendeiras do município de São Sebastião-AL e foram observadas as características que fazem dessa comunidade de artesãs um importante quadro de estudo. Se levarmos em consideração a atividade de renda de bilro apenas em um contexto econômico, fica evidente que o capital gerado pelo trabalho das mulheres rendeiras não é igualável ao rendimento gerado com a agricultura e a pecuária, principais fontes de economia do local, o que coloca o artesanato com uma economia simbólica que se apresenta com uma característica cultural que promove um diferencial para o município.

Foi constatado que em São Sebastião o trabalho de rendeiras é feito quase predominantemente por mulheres com idade acima dos 50 anos - grande parte delas já aposentadas -, e essa questão está ligada diretamente a impossibilidade de viver uma vida de qualidade trabalhando apenas como artesã de renda durante o seu período ativo. O baixo preço pago pela produção faz com que as rendeiras que aprendem o ofício ainda meninas só voltem a dedicar-se à renda quando se aposentam e, dessa maneira, o que recebem pela produção passa a ser um extra na economia do lar.

A falta de incentivo, valorização, compradores e, por vezes, questões de saúde, levaram a uma diminuição de rendeiras ativas no município. Com a aproximação da empresária e estilista especializada em rendas Martha Medeiros, algumas artesãs voltaram a fazer renda, pois agora existe uma cliente que compra toda a produção existente. Porém, os preços continuam baixos, e isso não traz ânimo para boa parte das rendeiras, algo compreensível, pois mesmo trabalhando diariamente são poucos as que conseguem R\$500 em um mês.

Hoje existe uma preocupação por parte das rendeiras locais que um dia a tradição de fazer renda desapareça do município. Isso porque, por mais que o ensino seja garantido por meios informais e formais, a população mais jovem não se sente atraída pelo ofício, seja por representar algo do passado, seja por gerar ganho tão pouco, um valor que em outra profissão é facilmente superado.

Por isso é compreensível a preocupação, pois a renda é uma atividade que representa São Sebastião. A “Terra das rendas de bilro” não teria nenhum outro produto que a diferenciasse dos outros municípios do agreste alagoano se não fosse o incansável trabalho feito pelas mãos das rendeiras locais.

Ao final desse trabalho, espero que leitor se sinta mais próximo das mulheres rendeiras que fazem um trabalho tão significativo e belo e que, por vezes, são tão esquecidas. É importante que uma produção que representa cultura, economia e os valores de um local seja valorizada pela população onde está inserida, para que a partir desse movimento de acolhimento, as condições de vida das artesãs melhorem e com isso não se vejam obrigadas a trabalhar por um valor monetário abaixo do merecido. É importante possibilitar melhores condições para que a renda de bilro continue sendo feita nos lares de São Sebastião, mantendo uma tradição e gerando capital para o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **Geografia Econômica do Nordeste**: o espaço e a economia nordestina. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1987. 176 p.

BARROS, F. R. A. de. **ABC das Alagoas**: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015. 2v. 706 p.

BRASIL. **Portaria nº 1.007-SEI**, de 11 de junho de 2018. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ano 155, n. 147, 1 agosto 2018. Seção I, p. 34.

CNPJ. CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA. **Associação das mulheres rendadeiras do município de São Sebastião - Alagoas**. Disponível em: <https://cnpj.biz>. Acesso em: 26 mai. 2020, 15:01:23.

DIEGUES JÚNIOR, M. Introdução. In: MAIA, I. **Artesanato brasileiro: rendas**. 2. ed. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1986. p. 9-20.

FEITOSA, C. O. **Aglomeraciones industriais como fator de desenvolvimento regional: um estudo de caso no Nordeste brasileiro**. Brasil, 2009.

FELIPPI, V.; RÜTHSCHILLING, E. A.; FIGUEIREDO, J. B. de. Um olhar sobre o papel da mulher rendeira na história da moda brasileira. **Revista ModaPalavra e-periódico**, Florianópolis: UDESC/CEART, v. 8, n. 16, p. 50-60, jul. - dez. 2015.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**: São Sebastião-AL. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 nov. 2023, 09:50:00.

MAIA, I. **Artesanato brasileiro: rendas**. 2. ed. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1986. 96 p.

MARTINS, S. **Contribuição ao estudo científico do artesanato**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1973. 100 p.

MENDONÇA, C. A. P. **Enciclopédia municípios de Alagoas**. Maceió: Instituto Arnon de Mello, 2006. 531 p.

NERY, S. Economia criativa: entre a moda e o artesanato. Dossiê cultura e desenvolvimento: o advento da economia criativa, Latitude - **Revista do Programa de Mestrado em Sociologia**/ Universidade Federal de Alagoas, Maceió: Edufal, vol. 6, n. 2, jul. - dez. 2012.

PAYNO, M. Renda máxima: entre um ponto e outro, Martha Medeiros trança sua expansão no mercado da moda e do design e entra em 2014 cheia de novidades. **ELLE Brasil**, ed. 306, ano 26, p. 312-313, nov. 2013.

OLIVEIRA, C. Moda feita à mão. **Graciliano**: Revista da Imprensa Oficial Graciliano Ramos. Maceió, ano 5, n. 14, p. 44-45, mai. - jun. 2012.

ROMANI, G. Martha Medeiros, a rendeira chique, ganha destaque internacional. **VEJA SP**, São Paulo, 4 fev. 2011. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br>. Acesso em: 18 dez. 2020, 20:06:00.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Trad. Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. 345 p. (Coleção Ciências Sociais).

SEBRAE-AL. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM ALAGOAS. **Manual de atendimento do artesanato**: SEBRAE/AL 2015-2017. Maceió: SEBRAE, 2015. 10 p.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986. 136 p. (Coleção “Temas básicos de...”).

VITÓRIA, G. Sertão, Sonho e Renda: Como um cadastro que lista as ambições de rendeiras alagoanas pode abrir para 400 artesãs uma porta de saída do Bolsa Família. **ISTO É**, ed. 2370, ano 38, p. 48-51, mai. 2015.